

14 e 15 de fevereiro – Concentração e Greve Nacional da AP

Por aumentos e progressões, sem confusões

O SINTAP emitiu um pré-aviso de Greve para os dias 14 e 15 de fevereiro tendo em vista a organização de uma grande jornada de luta que pretende inverter a trajetória de perda de poder de compra, levando o Governo a abandonar a política de baixos salários, enveredando por políticas de emprego que valorizem e dignifiquem os salários e as carreiras de todos os trabalhadores.

Esta Greve serve ainda para demonstrar a exigência de políticas concretas de valorização dos trabalhadores da Administração Pública, reconhecendo a sua importância e mobilização para a existência de serviços públicos de qualidade ao serviço dos portugueses.

O pré-aviso inclui o dia 14 de fevereiro de modo a possibilitar a deslocação e a presença de dirigentes, delegados e ativistas sindicais defronte do Ministério das Finanças, em Lisboa, a partir das 15h00, numa ação que culminará na entrega de uma carta dirigida a Mário Centeno e na qual o SINTAP expressará o seu descontentamento e as reivindicações que pretende ver satisfeitas no curto-médio prazo.

Pretende-se também sensibilizar a opinião pública para os principais problemas que afetam os trabalhadores da Administração Pública, procurando igualmente o definitivo esclarecimento da diferença entre aumento salarial e progressão na carreira, afastando uma confusão que o próprio Executivo tem alimentado e que tem gerado interpretações injustas junto da população em geral e até de alguns setores da Administração Pública, tentando fazer crer que estão a ser dados aos trabalhadores do Estado benefícios que, na realidade, não são mais do que a recuperação, parcial, de direitos adquiridos que não têm sido respeitados.

Assim, com esta Greve, o SINTAP e os trabalhadores reivindicam:

- aumentos salariais para todos os trabalhadores, colocando um ponto final no congelamento salarial que continua a afetar a vasta maioria dos trabalhadores da Administração Pública e das Entidades com Fins Públicos;
- atualização do subsídio de refeição e das ajudas de custo;
- respeito pela avaliação de desempenho, nomeadamente através da contagem de todos os pontos e de todo o tempo de serviço de todos os trabalhadores para efeitos de progressão nas carreiras;

INFORMAÇÃO SINDICAL



- a revisão das carreiras gerais e a negociação da criação de carreiras específicas nas mais diversas áreas, como são os casos da saúde e da educação;
- a conclusão dos processos de revisão de carreiras subsistentes, inalteradas e não revistas em curso e a abertura de processos negociais de carreiras que, incluindo-se nesse conjunto, têm processos negociais estagnados, como sejam, as carreiras da RIAC (Açores); as carreiras da AT; as carreiras de polícia municipal, fiscalização municipal e bombeiros; as carreiras de inspeção externa do Estado; as carreiras dos registos e notariado; a carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica; a carreira de oficial de justiça; as carreiras do IGFSS; as carreiras do IPMA; as carreiras de informática, entre outras;
- o cumprimento da norma constante da Lei do Orçamento de Estado para 2019 que determina que o Governo negocie o prazo e o modo da recuperação integral do tempo de serviço congelado, para todas as carreiras que ainda não viram reconhecido este direito;
- o fim efetivo da precariedade que continua a marcar negativamente vários setores, e que sustenta indevidamente o funcionamento das escolas básicas e secundárias e, em muitas circunstâncias, o ensino superior;
- o cumprimento dos acordos coletivos celebrados, em particular os referentes aos trabalhadores com contrato individual de trabalho dos hospitais EPE, garantindo o direito à carreira e à aplicação das 35 horas de trabalho semanal sem redução salarial;
- a promoção e dinamização da negociação coletiva em todas as entidades com fins públicos;
- o direito à formação contínua, que continua a ser escassa ou inexistente em todos os níveis da Administração Pública;
- o alargamento da ADSE aos trabalhadores com contrato individual de trabalho;
- o direito à saúde e segurança no trabalho, direito este que o empregador Estado insiste em não respeitar, afirmando-se como um dos piores exemplos nesta matéria;
- o incremento da mobilidade intercarreiras e respetiva consolidação;
- a alteração da política de admissões, procedendo ao recrutamento de novos trabalhadores após realização de um levantamento exaustivo das necessidades permanentes dos serviços.

A ausência de respostas positivas às principais reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública conduzirá à continuação desta luta, ficando desde já agendada a realização de uma concentração, junto da residência oficial do Primeiro-ministro, para o dia 08 de março, sem prejuízo da adoção de outras ações e formas de luta que o SINTAP considere necessárias nos momentos precedentes.

Lisboa, 28 de janeiro de 2019